

O SINDICALISTA LEPROSO

Francisco Gérson Marques de Lima

Doutor em Direito, Professor da Universidade Federal do Ceará, Tutor do GRUPE, Procurador Regional do Trabalho (MPT/CONALIS-CE)

O jovem João Hernesto entrou no movimento sindical porque não suportava mais ver tanta exploração do trabalhador, tanta injustiça social, tanta miséria.

Pode-se dizer que era uma pessoa feliz. Proveniente de classe humilde, educado sob os melhores princípios morais e religiosos, guardava no peito virtudes caras ao ser humano. Os pais o ensinaram, desde cedo, a ser honesto, sincero, a cultivar a amizade, a respeitar as pessoas, a não mentir, a ser humilde. Ensinaram-no, também, a ser aguerrido, a lutar pelos ideais, a defender a justiça, a ser destemido na defesa do que fosse correto. Afinal, ter valores cívicos era o lema dos anos 60. Estas características talharam João Hernesto a ser defensor da causa social. Um paladino popular.

Na escola, já se destacava na luta pelos ideais da educação, que deveria ser pública. Chegou a ser líder estudantil e a integrar os grupos que reivindicavam mais investimento na formação escolar dos jovens, das crianças e adolescentes. Esteve do lado dos gays, das mulheres, dos negros e de outras tantas minorias, combatendo a discriminação. Nesta luta, a Polícia o prendeu. Conheceu o sofrimento dos desassistidos, dos desempregados, dos esquecidos pelo Estado.

Foi quando participou de alguns eventos promovidos pelo movimento sindical, na busca por democracia, por liberdade, por emprego, por igualdade social. Era o final da década de 1970, ainda sob a ditadura. Nesta época, estudava no segundo grau, fazia um curso técnico em mecânica e trabalhava como metalúrgico. Tinha, portanto, um dia cheio, corrido, especialmente porque, não raramente, precisava trabalhar além da jornada para ganhar um pouco mais, ou então porque a empresa exigia horas extras dos empregados – e nem sempre recebia o adicional de sobrejornada. Ao final do expediente, dirigia-se à escola, no período noturno, onde acabava cochilando na sala. Uma vez, quase caiu da cadeira, provocando risos dos colegas e do professor. Era o cansaço, além de uma alimentação deficiente.

A empresa empregadora crescia a cada ano, mas os salários continuavam minguados, muita gente reclamando. As férias eram, quase sempre, vendidas. Em 1981, uma crise abateu a empresa, que despediu em massa. Colegas de trabalho, pais de família, choravam desesperados, sem perspectiva de emprego e sem saber se receberiam os títulos rescisórios. Surgiu um movimento dos trabalhadores da empresa contra as

medidas. E lá estava João Hernesto defendendo os interesses do grupo. Surgiu o sindicato, juntando-se à manifestação e exigindo o cumprimento das obrigações trabalhistas. Foi a salvação, porque a direção do sindicato negociou com a empresa, salvando alguns empregos e garantindo o pagamento das verbas rescisórias. Ato corajoso, pensou, porque os líderes poderiam ser presos pelo DOI-CODI, por transgredirem a ordem. A conduta ativa de João Hernesto se destacou perante os colegas, de quem ganhou admiração. Seu nome foi muito comentado, por várias pessoas, sobretudo pela direção da empresa, que o inseriu no rol dos despedidos...

Mas isto abriu os olhos de João, que reconheceu a importância da luta sindical, uma força indispensável para o equilíbrio entre o capital e o trabalho. Em 1983, conseguiu novo emprego fixo, graças à sua formação técnica. Foi quando passou a participar das assembleias sindicais. Pela volta da democracia, integrou as fileiras pelas “Diretas Já” e foi às ruas reivindicar a reconstitucionalização do país. **Viva a Constituinte!**

O ano de 1987 foi muito movimentado. Como já era reconhecido pelos colegas, concorreu às eleições sindicais por uma chapa de oposição. Era suplente de qualquer coisa, não dá para lembrar direito. As eleições foram conduzidas pelo Ministério do Trabalho, com todo rigor e segundo uma formalidade litúrgica. A chapa ganhou as eleições. Uma alegria só – exceto por sua esposa, que temia por sua segurança. Ah! João Hernesto enfrentara sérias dificuldades para casar: o pai da namorada até gostava dele; mas quando soube que era ligado aos movimentos sociais, que era sindicalista, mudou radicalmente, proibindo o namoro, pois não permitiria que a filha casasse com arruaceiro, vagabundo, anarquista... Tá, o casamento saiu, mas em meio a intrigas e resistências. A questão do “na alegria e na tristeza” começou logo ali. Talvez tenha rolado uma maldiçozinha silenciosa...!

Veio a Constituição de 1988, depois de uma larga batalha nas ruas do país. Não foi a melhor das leis para o Brasil, em tema sindical, porque deixou alguns resquícios da submissão dos sindicatos ao Estado, que João tanto combatia ao tentar aperfeiçoar a CLT. Bom, mas foi o possível. Graças a Deus tínhamos o velho e sábio Ulisses Guimarães pontificando aquele momento histórico de reabertura democrática.

De qualquer forma, o espírito renovou. Com a nova Constituição, as eleições sindicais seriam conduzidas pelos próprios sindicatos. Nada de MTB ou de MPT. Nada de “Estatuto Padrão”. Enfim, a liberdade. Agora, era partir para a reconstrução dos direitos sociais.

Mas as negociações eram difíceis. No final da década de 1980, a inflação era enorme, criando insegurança econômica e afetando o poder aquisitivo. Não tinha “fiscais do Sarney” que impedisse os aumentos diários nos supermercados, na crise que castigava impiedosamente o país. O receio das empresas era assustador. O desemprego estava nos píncaros. Sem estabilidade, o trabalhador se ajoelhava aos pés dos patrões, para manter o valioso empreguinho. Eita tempos difíceis aqueles!

E no sindicato? Bom, a turma rachou. João Hernesto se apegou a um punhado de colegas e montou uma chapa de oposição, com ele na cabeça. Não foi fácil. A diretoria modificou o estatuto e conduziu, ela própria, todo o processo eleitoral. Ações judiciais foram ajuizadas e, para encurtar o enredo, a chapa de João sagrou-se vencedora por 10 votos de diferença. Aleluia! Uma grande alegria – menos para sua preocupada mulher, agora com um filho pequeno.

Mesmo licenciado da empresa, João quase não parava em casa, consumido pelos deveres sindicais. A assistência à família era posta em segundo plano. Afinal, a defesa da categoria era mais importante. Sabia que o líder sindical precisa renunciar a muitas coisas. Agora tinha uma responsabilidade imensa sobre os ombros. Centenas de trabalhadores dependiam de seu trabalho.

Na primeira assembleia da gestão, compareceram alguns integrantes da Diretoria e um punhado inexpressivo de trabalhadores. Instalara-se receio de participar das assembleias, porque as empresas poderiam marcar os comparecentes e despedi-los. E a tal liberdade sindical prevista na Constituição? Ora, ora... mera ficção. A legislação não tinha uma linha sequer sobre conduta antissindical, não protegia os trabalhadores, não punia as empresas que retaliassem os que participassem das assembleias. João percebeu que cabia a ele e aos demais diretores fazer o enfrentamento. Bom, cedo se deu conta, porém, de que somente 07 diretores tinham estabilidade. E a ciência veio da pior forma possível: uma empresa despediu o presidente do Conselho Fiscal, Sr. Georgenor, homem de larga visão sindical, pedra fundamental na entidade. Foi uma baixa sem tamanho. A Justiça reconheceu a licitude da despedida. Fazer o quê, então? O colega sentiu dificuldade em novo emprego. Passou um tempo auxiliado pelo sindicato, ajudando no que podia. Mas o sindicato não tinha grandes posses, fazendo milagre dos pães com o orçamento. Algum tempo depois, o ex-membro do Conselho Fiscal conseguiu se empregar em empresa de outro setor. Claro que, na entrevista de

emprego, alegou que não queria mais saber do movimento sindical. Enfim, renegou sua história, vendeu sua consciência para sobreviver.

Chegou o início de 1991. João teve a ideia de realizar manifestações na frente do sindicato empresarial, para sensibilizá-lo a negociar o plano de saúde. Arregimentou 05 diretores, do total de 21, e 50 trabalhadores, alguns dos quais provenientes de outras categorias. A Central sindical custeou o carro de som. Mas a Polícia rapidamente apareceu e dispersou o grupelho, dizendo que transgredia a ordem pública. Dois trabalhadores quiseram contestar o Capitão que comandava a operação. Foram presos por desacato à autoridade. João fugiu no carro de som, silenciosamente. Indignado. Afinal, os “anos de chumbo” não tinham passado?

No jornal da tarde daquele mesmo dia, a imprensa criticou os baderneiros. Onde já se viu prejudicar a sociedade com manifestações violentas, fechando o trânsito? Um absurdo!! Foi esta a informação que chegou à população, que acreditou e fez coro.

De qualquer forma, o acontecimento teve um lado positivo: outras entidades se sensibilizaram. Na semana seguinte, estava na porta da principal empresa do setor um carro de som maior do que o anterior. Agora, eram mais de 100 pessoas, muitas ativistas, munidas de apitos, distribuindo panfletos, portando faixas, falando palavras de ordem, abordando os trabalhadores que entravam ou saíam. João teve uma ideia: passou a ler, no microfone do carro, as principais reivindicações, pois, assim, seria escutado por todos. Sua voz soava tonitroante, segura, límpida. E seu coração vibrava. Isso era inconcebível no regime militar. **Viva a liberdade de expressão! Viva a liberdade sindical!** Agora, sim, as empresas sentiriam a força do movimento sindical (organizado, unido, solidário). Leu a primeira reivindicação, explicou, pausou. Leu a segunda...

Quando lia a terceira proposta de negociação, João foi interrompido por um cidadão empaletozado que se identificou como Oficial de Justiça. Trazia consigo uma liminar em interdito proibitório, onde a Justiça proibia ao Sindicato qualquer ato que impedisse a entrada ou saída de trabalhadores na empresa, bem como o acesso e livre circulação de qualquer pessoa, sob pena de multa diária de 100 salários mínimos. A mesma ordem determinava que as manifestações do sindicato só poderiam ser feitas a uma distância mínima de 200 metros do perímetro da empresa, contados de sua última calçada, sob pena de incidir na mesma sanção, além do uso de força policial. E João, atônito, enquanto dava o ciente no documento, perguntava-se: quem disse que estamos impedindo o acesso de pessoas à empresa? Como o sindicato poderia ter contato com os trabalhadores a 200 metros de distância? E porque multa tão alta? Tudo concedido sem nenhum direito prévio de defesa ou contraditório? *Pera aí, é possível*

usar o salário mínimo para este fim? Lembrou-se da Constituição e não compreendeu qual interpretação estava sendo feita naquele caso para amordaçar um movimento legítimo...

No final, a negociação foi um fiasco. E João não teve como se justificar para a categoria. Saiu chamuscado. Em casa, a esposa Gertrudes ainda reclamou: “eu não disse? Agradeça por não estar é preso!”

No ano seguinte, já calejado, João se antecipou à negociação. Era hora de unir os trabalhadores. Arquitetou sorteio de uma televisão Telefunken colorida e de um passeio na capital do Estado. Até contratou um cantor local para o evento, o Zé Paixão. Fez as contas na ponta do lápis. Tinha dinheiro do imposto sindical, que não era muito; da mensalidade dos parques sócios; e da taxa assistencial. Observou que poderia aproveitar a oportunidade para criar uma aura de congraçamento. E aproveitaria para discutir a estratégia da negociação coletiva. Tudo com muito jeito. Nada podia dar errado.

Mas deu. É, deu errado. Três dias antes do evento, João foi intimado de uma decisão judicial bloqueando a conta bancária do sindicato, em virtude de denúncias sobre a cobrança ilícita de taxa assistencial de não-filiados. A liminar, obtida em ação do Ministério Público, foi fulminante. E tudo foi por água abaixo... Adeus confraternização! Adeus articulação!

A denúncia partira de um grupo de trabalhadores que nunca pisaram no Sindicato. Talvez fossem movidos por incentivo das empresas. Este argumento foi levado pelo advogado à Justiça, que não o acatou por falta de prova.

Com recursos escassos, o Sindicato definhava. Contudo, a coragem e a perseverança, aliadas à dedicação do seu Presidente, forçaram o sindicato oposto (patronal) a sentar na mesa para negociar. Foram quatro rodadas, a última delas na sede da SRTE. Mas sem muito avanço.

Incansável, João partiu para o ataque. Convocou a categoria e defendeu a necessidade de greve, pois só assim, sofrendo prejuízos, os empresários poderiam se sensibilizar com as reivindicações. A categoria aprovou. Uma semana depois, a greve paralisava as atividades da empresa. Claro que não foi 100%. Sempre têm os fura-greves. Houve aquela enxurrada de liminares e decisões sucessivas, já conhecidas de todos, em interditos proibitórios, ações cautelares, dissídios de abusividade de greve, representações criminais, ações de indenização na Justiça Comum etc. Os advogados não tiveram trégua, foi uma batalha judicial terrível. O sindicato resolveu apostar na defesa dos trabalhadores, enrijecendo sua atuação, apesar das multas.

Deu certo. Ao menos em parte. Houve negociação coletiva. O sindicato patronal reconheceu, enfim, a Diretoria, manteve conquistas, concedeu o adicional de tempo de serviço, majorou para 60% o adicional de hora

extra e concedeu reajuste em 2% acima da inflação oficial. Ainda não fora desta vez que o plano de saúde obteve êxito. Mas a vitória reacendeu a luz da esperança. João ficou bem na foto... Mesmo que seu setor jurídico arrancasse os cabelos em enfrentar todas as ações judiciais e estudasse como adiar o pagamento das multas aplicadas pelo Judiciário. Para João, o importante era a vitória política. Agradava-lhe ver a categoria feliz, empolgada, com nova chama de esperança nos olhos. Isso o confortava enquanto líder sindical, dando-lhe a certeza do dever cumprido e de que era possível, sim, enfrentar o capital.

No final dos anos noventa, João enfrentou uma árdua divisão na base do Sindicato. Membros da chapa de oposição, talvez custeados por empresas, constituíram um novo sindicato na calada da noite, reduzindo sua base em 50%, dificultando ainda mais sua sobrevivência. Por se tratar de novo sindicato, que não participara dos processos judiciais anteriores, a entidade não pagaria as multas aplicadas pela Justiça e ainda poderia cobrar a taxa assistencial, dando um drible no MPT. João saiu abalado, sentindo-se à frente de um sindicato enfraquecido. Nas eleições seguintes, as empresas investiram pesado e João quase não se reelege. Seus companheiros, a estas alturas, eram outros. Só alguns da velha guarda se mantiveram fiéis. Dizem que Antonio e Carlos foram cooptados pelos patrões, e passaram a ser oposição no sindicato; e que Marina e Filisberto tiveram de pendurar as chuteiras para não serem transferidos para longe de suas famílias.

Mas João não desistia e, outra vez, levou a categoria a vitórias em negociações coletivas. Até conseguiu o sonho do plano de saúde.

No correr dos anos, muita coisa aconteceu. Gertrudes não suportou mais a situação e se separou de João, carregando os quatro filhos. O mais velho, João Hernesto Filho, já rapaz, não conseguia emprego algum. Seu nome era um fardo prante as empresas, pela fama do pai; na escola, não ia muito bem. Na infância, os professores achavam que sofria de algum distúrbio, certamente causado pela falta do pai. Agora, adulto, sofria do mesmo carma de João: sentia dificuldade em namorar porque os pais das garotas pretendiam coisa melhor para elas. O segundo filho, adolescente, tinha amizades selecionadas... a seleção era dos pais dos outros garotos, que não queriam seus filhos misturados com crias de arruaceiros. Os dois mais novos tinham pouca convivência com o pai. Algum tempo depois, João viveu em união estável com outra mulher, a Flor. Tratava-se de pessoa estudada: era professora de escola pública e entendia melhor a luta incansável de João. Mas as ausências constantes do lar, as viagens frequentes do marido, com as dificuldades financeiras, levaram, também, à separação. Ela se casou com outro professor, no interior do Estado, e levou consigo a única

filha da relação, a Rosinha. E João, enfim, vivia só, passando a maior parte do tempo no sindicato, dedicando-se de corpo e alma. Chegou a integrar a Federação, fez parte da diretoria da Confederação e presidiu a Central. Ganhou nome e fama nacionais. Muitos sindicalistas o escutavam e tinham muito respeito às suas palavras. Tornou-se um símbolo da luta sindical, exemplo de perseverança e honestidade.

Mas João esqueceu que os anos passam. Certo dia, olhou-se no espelho e viu as rugas do tempo impiedoso. Quase não tinha mais cabelos, os poucos remanescentes formavam uma penugem branca. Percebeu que era um sujeito velho, cansado, maltratado pela vida, sofrido, cheio de marcas de traições e muita preocupação política. Ainda achava, mesmo sem a mesma convicção de antes, que a luta valera à pena. No plano nacional, aguardava mudanças, que nunca vinham dos Presidentes da República, que se sucediam.

Um dia, sentiu-se mal e foi levado ao médico pela Secretária da Federação, D. Cleonice. A saúde estava extremamente abalada. Por recomendação médica, afastou-se de todas suas atividades e se submeteu a um tratamento quimioterápico por 06 meses. Cumpriu rigorosamente, para não morrer. Tempo suficiente para a política sindical mudar. Sim, ela muda do dia pra noite. Quando voltou, ainda debilitado, tinham ocorrido as eleições na Federação. Ganhara a oposição. Os novos diretores tomaram seu birô e o mandaram retirar seus pertences. Agora, seriam novos tempos. E João saiu, cabisbaixo – ninguém notou, mas ele deixou rolar uma lágrima. Ah, parece que D. Cleonice percebeu, mas disfarçou, pois qualquer proximidade com ele poderia fazê-la perder o emprego. João não teve mais espaço nem no Sindicato, ora dirigido por outras pessoas. E quando o Leão está morto, os ratos passeiam sobre ele.

Sem respaldo político e sem mandato, em breve não teria mais estabilidade. Teve de voltar a trabalhar na empresa da qual estava licenciado havia anos. Sentiu grande dificuldade. Como as coisas tinham mudado! O trabalho não era mais o mesmo. A turma era jovem e nem sequer sabia a história de João Hernesto, que lhe parecia um velho inconsequente, sem ritmo, lento, que não tinha o pique necessário para manter a produtividade. Enfim, atrapalhava a Turma. E os rapazes o isolaram. Estabeleceu-se um clima de assédio moral. E isto agravou a doença de João, que teve recaídas sucessivas. A empresa aguardou o fim da estabilidade e, alegando incapacidade para o trabalho, despediu-o. Até pagou as verbas rescisórias, que não foram muito. Mas ele ainda não tinha completado os requisitos da aposentadoria. Tentou argumentar com a empresa para permanecer no serviço, ou em outra atividade, até a aposentadoria. O gerente não quis saber, lembrando-se das greves, das manifestações do passado.

Sem esposa, sem família, sem emprego... João procurou o Sindicato, procurou a Federação, procurou a Confederação... foi até à Central. Nada. Tudo mudara. Reconheceu a vingança dos opositores de anos anteriores e o desprezo dos novatos. Insensíveis.

João caiu doente. Não tinha como pagar os remédios. Foi a um hospital público, de atendimento péssimo. Ligou para os filhos, os quais não nutriam grandes sentimentos por ele, já que a maior parte da vida fora de afastamento. Lembrou de amigos antigos do movimento sindical. Alguns tinham ido embora, outros não queriam se aproximar dele.

E João foi condenado ao degredo. Viveu como indigente o resto de seus dias. E morreu esquecido, na penúria....

Histórias como esta, de sindicalistas esquecidos, remetidos ao ostracismo, abandonados, que falecem na miséria, são mais comuns do que se imagina. Grandes e importantes sindicalistas foram jogados no esquecimento, como um resto de alimento que não tem mais serventia alguma. Sua história é deletada e ele não encontra amparo em nenhum lugar, com a memória renegada. Os amigos se afastam e o próprio movimento sindical o rejeita.

Nisto tudo, é fato que o sindicalista sofre da síndrome do leproso: ninguém quer estar perto dele. Se é combativo, constitui ameaça às empresas e faz a sociedade recriminá-lo; se é pelego, as oposições o atropelarão um dia. Sua presença ameaça contaminar o ar que se respira. É *persona non grata*. E este sentimento se espalha a seus filhos e familiares mais próximos. Triste assim. Para suportar um sindicalista, só outro sindicalista – não se sabe até quando.

Mas a infelicidade aqui denunciada precisa ser prevenida. Não é justo deixar que esses heróis da luta social sejam abandonados à própria sorte quando não sirvam mais à batalha social. Urge se estabeleça uma política sindical de amparo aos ex-sindicalistas, protegendo-os dos infortúnios que as armadilhas da vida apresentam.

O movimento sindical precisa se estruturar para amparar seus líderes, esses leprosos que carregam consigo a triste chaga que os afasta da convivência dos homens. Então, o sindicalismo tem uma grande responsabilidade para com estas pessoas espetaculares, que se dedicaram, por anos, à luta social, enfrentando prisões, apanhando, passando noites sem dormir, sacrificando a família e correndo riscos. Talvez aposentadoria privada, Previdência complementar, Fundos específicos... Algo precisa ser feito.